

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra  
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Por muito tempo o estudo da participação política restringia-se às formas instituídas de participação, relegando para segundo plano as ações de protesto ou de reivindicação. Nesta opção estava subjacente uma definição restrita de democracia e uma visão normativa. As formas não convencionais são muitas vezes tidas, de forma explícita ou implícita, como ilegítimas à luz do jogo democrático. Ora, a mudança social e a concretização dos direitos de cidadania só foram possíveis historicamente, e sobretudo em situações de crise e de instabilidade, quando os grupos de dominados e excluídos marcaram de forma indelével o espaço público com as suas reivindicações e obrigaram o Estado e as classes dominantes à outorga de direitos em nome da coesão e da integração social.

*José Manuel Mendes*

## **Q**ualidade de vida urbana

A qualidade de vida urbana só pode ser pensada em articulação com a questão da cidade e com todo o leque de preocupações de ordem ambiental, económica e energética que prevalecem no mundo contemporâneo. Hoje em dia, é por de mais evidente que as cidades compactas se assumem, com vantagem, como alternativa sustentável ao crescimento difuso. Podem ser enunciados dados relativos a essa vantagem, ora no que diz respeito a encargos com infraestruturação, ora com mobilidade, ora com dispêndio energético em bens de utilização comum. A investigação sobre as questões da sustentabilidade em arquitetura tem incidido, quase exclusivamente, no modo como as edificações se comportam perante as condições climáticas, tentando, através das ciências da construção, desenvolver os saberes acerca da otimização energética do espaço edificado. Têm sido subestimados, de forma evidente, todos os temas que incidem sobre a otimização urbana e sobre o papel da organização do território no conjunto das preocupações de ordem energética.

Tomando como ponto de partida o constatado esvaziamento dos centros urbanos, há que enfrentar com determinação as medidas de inversão do processo, com ganhos para o ambiente, para os equilíbrios energético e económico e para a qualidade do espaço vivido. As queixas e constatações acerca do fenómeno de esvaziamento dos centros são muitas e muito pertinentes, mas a verdade é que o paradigma urbanístico que rege a totalidade

dos instrumentos de planeamento é, ainda e sempre, o da desdensificação. Herdados da problemática da insalubridade do século XIX, e desenvolvidos através da cruzada moralizadora do Movimento Moderno, os princípios que regulam contemporaneamente o ordenamento do território, na maior parte dos países, balizam-se ainda pela necessidade de controlar a densidade por baixo. Por outro lado, a arquitetura e, sobretudo, os seus desenvolvimentos mais recentes têm-nos provado, à saciedade, que é possível e, por vezes, mesmo desejável edificar densidade com qualidade.

Aproveitar a crise para redensificar os centros das cidades com habitação e equipamentos a custos controlados, reabilitando edificações existentes e construindo nos vazios urbanos pode constituir um meio sustentável de requalificar a vida e de devolver à cidade a população que, ao longo das últimas décadas, foi sendo expulsa pela ação da especulação imobiliária.

*José António Bandeirinha*

## Racismo

O racismo, resultando do projeto da modernidade, tem sido reconfigurado na inter-relação de processos, estruturas e ideologias que ativam e reproduzem relações desiguais de poder, condicionando o acesso a recursos socioeconómicos, culturais e políticos pelas populações etnicamente *marcadas* como inferiores em relação a ideias/práticas de ser *européu*. Esta condição de inferioridade é interpretada como o modo de *ser* dessas populações, a ser “corrigido” por políticas públicas com vista à sua assimilação/integração.

Considerar uma abordagem política e histórica ao racismo é fundamental no contexto atual de *crise*, dado que é nestas conjunturas que são ativas narrativas despoliticizadoras das relações de poder, conduzindo a uma interpretação do racismo como uma questão de preconceito, de reação à *diferença*, validando os contextos históricos e políticos que produziram tais atitudes. A raiz desta conceção hegemónica de racismo situa-se no contexto pós-Holocausto e dos debates da UNESCO sobre o estatuto científico do conceito de “raça”, que evadiram a relação entre “raça”, processos de formação nacional, condições pós-coloniais e de cidadania na Europa.

O entendimento sobre o racismo não pode portanto ser separado das abordagens políticas e académicas dominantes que o têm constituído. Nesse sentido, os debates atuais sobre a *integração/inclusão social* das minorias étni-